OperSyncro

Política de Privacidade

Como o OperSyncro trata dados pessoais no site e no sistema de gestão de canteiro de obras, conforme a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei n. 13.709/2018).

Versão: BETA **Vigência:** BETA - aguardando CNPJ **Site:** opersyncro.com.br

Sistema: app.opersyncro.com.br

> **Versão BETA:** esta política está em versão BETA e aguarda a formalização da empresa (CNPJ). Por isso, os dados pessoais do responsável e os dados da empresa - nome, razão social, CNPJ e endereço - não estão preenchidos nesta versão. Eles serão incluídos, e a vigência definitiva será definida, quando o CNPJ for emitido.

1. Quem e o responsável por esta política

O OperSyncro e um sistema brasileiro de gestão de canteiro de obras que liga o canteiro ao RH, ao Departamento Pessoal e a segurança do trabalho. Nesta versão BETA, o responsável pelo OperSyncro e identificado apenas como **OperSyncro** - identificação completa a completar após a formalização da empresa (CNPJ). Os dados pessoais do responsável e os dados da empresa - nome, razão social, CNPJ e endereço - foram deixados fora desta versão e serão incluídos quando a formalização for concluída, com a atualização desta política.

Contato oficial: site **opersyncro.com.br** e telefone/WhatsApp **(11) 9 4959-9111**, publicados na página inicial.

2. Dois papéis diferentes - e por que isso importa para você

No site (opersyncro.com.br), o OperSyncro e o controlador. É ele quem decide quais dados de visitantes são coletados, para que servem e por quanto tempo ficam guardados. Os direitos descritos nesta política, para visitantes, são exercidos diretamente com o OperSyncro.

No sistema contratado (app.opersyncro.com.br), a empresa cliente é a controladora dos dados dos seus colaboradores. E a empresa quem decide cadastrar, transferir, desligar e manter os registros, porque a relação de trabalho e dela. Nesse caso, o OperSyncro atua como **operador**: trata os dados somente conforme as instruções da empresa e as funcionalidades contratadas, com isolamento por empresa e por obra - um usuário só enxerga os dados das empresas e obras liberadas no seu perfil.

Para dados de colaboradores, o pedido de acesso, correção ou eliminação pode ser feito a empresa empregadora ou ao OperSyncro, que o encaminhará a empresa responsável.

3. Quais dados pessoais são tratados

Quem	Dados tratados
Visitante do site	Dados de navegação (páginas visitadas, cliques, origem da visita, dispositivo e navegador) e cookies, conforme a seção 6. Nome e telefone somente quando a própria pessoa inicia contato, por exemplo pelo botão de WhatsApp ou ao pedir uma demonstração.
Usuário do sistema (administradores, encarregados, mestres, almoxarifes, executores e usuários basicos)	Nome, função e perfil de acesso; e-mail quando cadastrado para receber avisos; credencial de acesso (senha guardada de forma protegida, nunca em texto aberto); registros de uso e de auditoria (quem fez, o que fez e quando); mensagens de texto trocadas dentro do sistema, individuais e nos grupos por obra.
Colaborador da empresa cliente	Nome e CPF; função, empresa e obra de atuação; dados importados da base da empresa (Base Matriz); histórico de transferências entre obras e de desligamento; registros de presença; informações de EPI e de CA (Certificado de Aprovação); datas e situação do ASO (Atestado de Saúde Ocupacional); e, quando a empresa ativa essa função, os dados biométricos faciais descritos na seção 4.

> **Regra que não muda:** o sistema não inventa dados. Sem CPF real e valido, sem base importada com dados e sem obra de verdade cadastrada pela empresa, o cadastro de colaborador não e concluido.

4. Dados sensíveis: biometria facial e saude

A LGPD trata biometria e dados de saude como **dados pessoais sensíveis**, que exigem cuidado reforçado. No OperSyncro, eles são tratados assim:

- **Reconhecimento facial:** quando a empresa cliente ativa a função, são coletadas a foto de cadastro e o vetor matemático derivado do rosto (o template biométrico), guardado de forma cifrada. Ele serve apenas para confirmar a identidade no acesso ao sistema e no registro de presença. A verificação exige mais de uma captura e margem sobre o segundo colocado, para reduzir o risco de uma pessoa ser reconhecida como outra.
- **Alternativa garantida:** o reconhecimento facial não e a única porta. O acesso principal dos executores e por senha, e o facial funciona como segunda opção. Quem não quiser ou não puder usar o rosto continua usando o sistema por senha, sem prejuízo.
- **ASO:** do Atestado de Saúde Ocupacional, o sistema registra a situação e as datas de vencimento para alertar a empresa - não o diagnóstico nem o conteúdo clínico do exame, que permanece com a empresa e com o serviço de saude ocupacional.

A base legal para a biometria e o consentimento específico do titular ou, quando aplicável, a garantia da segurança e a prevenção a fraude na identificação, sempre por decisão e instrução da empresa controladora. A base para os dados do ASO e o cumprimento de obrigação legal e regulatória pela empresa empregadora.

5. Para que os dados são usados - e com qual base legal

Finalidade	Base legal (LGPD)
Prestar o serviço contratado: cadastros, presença, transferências, conciliação, mensagens internas e painéis da empresa	Execução de contrato (art. 7, V)
Controlar vencimentos de ASO e de EPI/CA e enviar os avisos aos responsáveis da obra, por e-mail e, quando a empresa opta, também por WhatsApp	Cumprimento de obrigação legal ou regulatória (art. 7, II) e execução de contrato
Identificar usuários por senha e, quando ativo, por reconhecimento facial, e manter o log de auditoria	Execução de contrato; segurança e prevenção a fraude (art. 11, II, g, para a biometria)
Medir visitas e cliques no site para entender o que interessa aos visitantes	Consentimento (art. 7, I), coletado no banner de cookies
Mostrar anúncios do OperSyncro, em redes sociais, a quem já visitou o site	Consentimento (art. 7, I), coletado no banner de cookies
Responder a contatos e pedidos de demonstração feitos pela própria pessoa	Procedimentos preliminares a contrato, a pedido do titular (art. 7, V)
Proteger o serviço contra abuso, investigar incidentes e cumprir ordens de autoridade	Legitimo interesse (art. 7, IX) e obrigação legal

Dados tratados com base no legítimo interesse são limitados ao necessário para proteger o serviço, e o titular pode se opor a esse tratamento pelo canal da seção 11.

6. Cookies: medir e reencontrar, só com o seu aceite

Cookie é um pequeno arquivo que o navegador guarda para o site funcionar, lembrar escolhas e - somente com consentimento - medir visitas e permitir anúncios.

- **Necessários:** mantém o site e o sistema funcionando, incluindo segurança e preferências como o tema claro ou escuro. Não dependem de consentimento e não identificam a pessoa para publicidade.
- **De medição (analytics):** contam visitas, origem e cliques, por exemplo em "Acessar o sistema" e no WhatsApp, de forma agregada. So são ativados após o aceite no banner.
- **De marketing:** permitem reconhecer, de forma anonimizada para o OperSyncro, que um navegador visitou o site, para depois mostrar anúncios do OperSyncro a esse público no Facebook e no Instagram. So são ativados após o aceite no banner. O OperSyncro não recebe nome, perfil ou identidade de quem visitou - quem faz essa associação e a plataforma de anúncios.

Quem recusar continua navegando normalmente, apenas sem medição e sem marketing. O consentimento pode ser retirado a qualquer momento, limpando os cookies do navegador ou pelo controle oferecido no proprio site, quando disponível. Também e possível bloquear cookies nas configurações do navegador.

7. Com quem os dados são compartilhados

O OperSyncro não vende dados pessoais. O compartilhamento acontece apenas nestas situações:

- **Infraestrutura em nuvem:** hospedagem, banco de dados e arquivos ficam na infraestrutura do Google Cloud / Firebase contratada para operar o serviço, sob as regras de segurança descritas na Política de Segurança.
- **Comunicações da empresa cliente:** avisos são enviados pelos canais que a própria empresa configura - o servidor de e-mail (SMTP) indicado por ela e, somente se ela optar expressamente, o WhatsApp oficial com o número e o CNPJ dela. Nesse caso, vão apenas o telefone e o conteúdo do aviso, para os responsáveis cadastrados.
- **Medição e anúncios, com consentimento:** dados de navegação anonimizados são processados pelas ferramentas de analytics e de anúncios (Google e Meta) apenas quando o visitante aceitou os cookies correspondentes.
- **Dentro da empresa cliente:** cada usuario vê somente as empresas e obras liberadas no seu perfil; o administrador master da conta vê o conjunto da operação.
- **Autoridades:** quando houver obrigação legal, ordem judicial ou requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

8. Transferência internacional

A infraestrutura em nuvem pode processar e armazenar dados em servidores fora do Brasil, conforme a configuração do provedor contratado. Quando isso ocorre, a transferência se apoia nas hipóteses do art. 33 da LGPD e nas garantias contratuais do provedor, mantidos o mesmo nível de proteção descrito nesta política e o acesso restrito por perfil.

9. Por quanto tempo os dados ficam guardados

- **Dados de colaboradores e usuários:** enquanto durar o contrato com a empresa cliente e, depois, pelo prazo das obrigações legais e regulatórias que recaem sobre a empresa (trabalhistas, previdenciárias e de segurança do trabalho), conforme orientação dela como controladora.
- **Template biométrico:** enquanto o vínculo estiver ativo e a função de reconhecimento facial estiver habilitada pela empresa. Com o desligamento ou a desativação da função, o template é eliminado.
- **Dados de visitantes e cookies:** pelos prazos configurados em cada ferramenta de medição ou marketing, e eliminados ou anonimizados quando deixarem de ser necessários.
- **Contatos comerciais:** enquanto durar o atendimento e, sem contratação, por prazo razoável para retorno do contato, com eliminação a pedido do titular.

Encerrados os prazos, os dados são eliminados ou anonimizados de forma que ninguém possa ser identificado.

10. Os seus direitos como titular

A LGPD (art. 18) garante a você, a qualquer momento e sem custo:

- confirmar se os seus dados são tratados e acessá-los;
- corrigir dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- pedir anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessarios, excessivos ou tratados em desconformidade com a lei;
- pedir a portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço;
- pedir a eliminação dos dados tratados com o seu consentimento e revogar esse consentimento, por exemplo para cookies e para a biometria quando ela se basear nele;
- ser informado sobre com quem os dados foram compartilhados;
- opor-se a tratamento feito em desconformidade com a lei;
- peticionar a ANPD e recorrer ao Poder Judiciário.

> **Limite honesto:** alguns dados de colaboradores precisam ser mantidos pela empresa empregadora por obrigação legal, mesmo após um pedido de eliminação. Nesses casos, a resposta explicará o motivo, o prazo de guarda e garantirá que o dado não será usado para outra finalidade.

11. Como exercer os direitos - canal do encarregado

Pedidos sobre dados pessoais podem ser feitos pelos canais oficiais publicados no site **opersyncro.com.br** e pelo telefone/WhatsApp **(11) 9 4959-9111**, identificando quem você e, qual a sua relação com o OperSyncro (visitante, usuario ou colaborador de uma empresa cliente) e qual direito quer exercer.

Para proteger os seus dados, poderemos confirmar a sua identidade antes de responder. Pedidos sobre dados de colaboradores serão comunicados a empresa cliente, que é a controladora desses dados. A resposta será dada nos prazos da LGPD, e qualquer recusa será motivada.

O responsável pelo OperSyncro indicado na seção 1 acumula, nesta versão, o atendimento as solicitações de titulares até a nomeação formal de um encarregado (DPO), que será publicada nesta página quando ocorrer.

12. Segurança, em resumo

Os dados são protegidos por controle de acesso por perfil e por empresa, credenciais protegidas, cifragem do template biométrico, registro de auditoria e infraestrutura em nuvem com cópias de segurança. As medidas técnicas e organizacionais estão detalhadas na **Política de Segurança do OperSyncro**, documento complementar a esta política. Em caso de incidente de segurança com risco relevante aos titulares, o OperSyncro comunicará a ANPD e os titulares afetados, nos termos do art. 48 da LGPD.

13. Crianças, adolescentes e terceiros

O site e o sistema são voltados a empresas e a profissionais adultos. Não há coleta intencional de dados de crianças e adolescentes. Links para serviços de terceiros, como WhatsApp e redes sociais, levam as políticas de privacidade desses serviços, pelas quais o OperSyncro não responde.

14. Alterações desta política

Quando esta política mudar de forma relevante - novas finalidades, novos compartilhamentos ou mudança do responsável -, a nova versão será publicada nesta mesma página, com número de versão atualizado, e os usuários do sistema serão avisados pelos canais do serviço. O uso continuado após a publicação vale para os tratamentos que não dependem de consentimento; tratamentos baseados em consentimento só começam após um novo aceite, quando exigido.

> **Recomendação:** antes de publicar esta política como versão definitiva, vale a revisão por um advogado, principalmente depois da formalização da empresa e da nomeação do encarregado, cujos dados completarão as seções 1 e 11.